

Organização  
Ismar de Oliveira Soares  
Claudemir Edson Viana  
Lígia Beatriz Carvalho de Almeida  
Raija Maria Vanderlei de Almeida

# **Educomunicação e Educação Midiática nas Práticas Sociais e Tecnológicas pelos Direitos Humanos e Direitos da Terra**

INSTITUTO  
**PALAVRA  
ABERTA**

**AB** Associação  
Brasileira de  
Pesquisadores e  
Profissionais em  
*educom*

**nce**  **USP**  
Núcleo de Comunicação e Educação da Universidade de São Paulo

 **Universidade Federal  
de Campina Grande**

Nenhuma parte desta publicação pode ser gravada, armazenada em sistemas eletrônicos, fotocopiada, reproduzida por meios mecânicos ou outros quaisquer sem autorização prévia da editora.

Primeira edição, 2023

Apoio:

NCE – Núcleo de Comunicação e Educação da USP

Arte da Capa:

Nathalia Ferreira Guimarães

Criação, Editoração, Diagramação e Design:

Paula Sanae Lopes Nishiwaki (Discente de Educomunicação – ECA/USP – Bolsista PUB-2023-24) | Thais Bandeira Laia (Discente de Educomunicação – ECA/USP – Bolsista PUB-2023-24).

Comissão Editorial:

Prof.a. Dra. Antonia Alves Pereira (ABPEducom, NCE-USP e Unemat/MT) | Prof.Dr. Antônio Nolberto de Oliveira Xavier (ABPEducom/UESC-BA) | Prof.Dr. Claudemir Edson Viana (NCE/ECA/USP) | Prof.a. Dra. Cristiane Parente de Sá Barreto (ABPEducom/ Universidade do Minho-PT) | Prof.Dr. Diogo Lopes de Oliveira (UFMG/ABPEducomNE) | Prof.a. Dra. Filomena Maria Avelina Bonfim (UFSJ) | Prof.Dr. Francisco de Assis Silva (UEBA/ABPEducomNE) | Prof.Dr. Heinrich Araújo Fonteles (ABPEducom). | Prof.Dr. Ismar de Oliveira Soares (ECA e NCE/USP, ABPEducom) | Prof.a. Ms. Jurema Brasil Xavier (NCE e ABPEducom) | Prof.Dr. Leopoldo Cavaleri Gerhardinger (PainelMar) | Prof.Dra. Lígia Beatriz Carvalho de Almeida (UFCG/ABPEducomNE) | Prof.Dr. Marciel Consani (CCA/ECA/USP e NCE-USP) | Prof. Dr. Maurício Virgulino da Silva (NCE e ABPEducom) | Prof.a. Dra. Paola Prandini (AfroEducação, NCE USP, ABPEducom) | Prof.Dr. Rafael Guié Martini (UDESC/ABPEducom SC) | Prof.Dr. Raija Maria Vanderlei de Almeida (UFCG/ABPEducomNE) | Prof.a. Dra. Rosane Rosa (Associada ABPEducom/UFMS) | Prof.a. Dra. Rose Mara Pinheiro (ABPEducom/UFMS) | | Prof.Dr. Rosildo Raimundo de Brito (UFCG) | Prof.a. Dra. Tatiana Gianordoli Teixeira (ABPEducom) | Prof.a. Dra. Tatiana Gianordoli Teixeira (ABPEducom) | Claudineia Edna Vianna Guidetti (secretária da ABPEducom).

Patrocínio:

Instituto Palavra Aberta, ABPEducom, NCE-USP

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Educomunicação e educação midiática nas práticas sociais e tecnológicas pelos direitos humanos e direitos da terra [livro eletrônico] / organização Ismar de Oliveira Soares...[et al.]. -- 1. ed. -- São Paulo : Associação Brasileira de Pesquisadores e Profissionais em Educomunicação, 2023.  
PDF

Vários autores.  
Outros organizadores: Claudemir Edson Viana, Lígia Beatriz Carvalho de Almeida, Raija Maria Vanderlei de Almeida.  
Bibliografia.  
ISBN 978-65-87460-06-2

1. Artigos - Coletâneas 2. Comunicação  
3. Direitos humanos 4. Práticas midiáticas  
I. Soares, Ismar de Oliveira. II. Viana, Claudemir Edson. III. Almeida, Lígia Beatriz Carvalho de.  
IV. Almeida, Raija Maria Vanderlei de.

23-186439

CDD-371.1022

Índices para catálogo sistemático:

1. Educomunicação 371.1022

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

## **A reportagem como ponte aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável na escola**

---

Thaís Brianezi<sup>1</sup>

### **Introdução**

Este texto apresenta um relato de prática de educomunicação socioambiental desenvolvida em 2021 e 2022 pela Horizonte Comunicação e Educação, em parceria com a Universidade Aberta do Meio Ambiente e Cultura de Paz da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente de São Paulo (UMAPAZ/SVMA). O projeto “A Arte do Jornalismo - Caminhos para Sustentabilidade” envolveu professores(as)

---

<sup>1</sup> Thaís Brianezi é jornalista, mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia e doutora em Ciência Ambiental. É membro fundadora da International Environmental Communication Association (IECA), da Escola de Ativismo e conselheira do Fundo Brasileiro de Educação Ambiental (FunBEA) e da Action Aid Brasil, além de integrante da Articulação Nacional de Políticas Públicas de Educação Ambiental (ANPPEA) e da Associação Brasileira de Pesquisadores e Profissionais em Educomunicação (ABPEDUCOM) e editora adjunta da revista Ambiente & Sociedade. Autora do livro “Zona Franca de Manaus: ame-a ou deixe-a em nome da floresta”, publicado pela editora Valer. Tem experiência na área de Comunicação e Sociedade, Jornalismo e Educomunicação, com ênfase na problemática socioambiental, atuando principalmente como pesquisadora, professora, analista de projetos e de políticas públicas. Desde julho de 2022 é professora do Departamento de Comunicação e Artes da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (CCA/ECA/USP) e pesquisadora do Núcleo de Comunicação e Educação (NCE) e do Laboratório de Inovação, Desenvolvimento e Pesquisa em Educomunicação (Labidecom). E-mail: tbrianezi@usp.br.

e estudantes de escolas municipais e estaduais de 18 municípios brasileiros, em quatro regiões do país, na produção de reportagens sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), a partir da perspectiva local.

A autora participou do projeto como formadora, ministrando as oficinas sobre jornalismo e Agenda 2030 para os(as) professores(as) e integrando a equipe de seleção e tutoria das reportagens. Em 2021 e até junho de 2022, ela atuava como analista de políticas públicas e gestão governamental na UMAPAZ/SVMA, e a remuneração que receberia por esse trabalho se reverteu em doação de livros e na compra de equipamentos de produção audiovisual para a Prefeitura de São Paulo.

## **1. Sobre o projeto**

O projeto “A Arte do Jornalismo - Caminhos da Sustentabilidade” recebeu financiamento via Lei de Incentivo à Cultura. As edições realizadas em 2021 e 2022 foram independentes: cada uma delas envolveu professores(as) e estudantes de escolas municipais e estaduais de 10 cidades brasileiras nas regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste.

Em 2021, as cidades participantes foram: Queimados - RJ, Cabo de Santo Agostinho - PE, João Pessoa - PB, Itapetininga - SP, Jundiá - SP, Agudos - SP, Urussanga - SC, São Paulo - SP, Uberaba - MG e Criciúma - SC. Em 2022, João Pessoa e São Paulo se mantiverem e outras 8 cidades foram contempladas: Camaçari - BA, Bauru - SP, Sorriso - MT, Belford Roxo - RJ, Paulínia - SP, Vespasiano - MG, São José do Rio Preto - SP e Campo Grande - MS.

A iniciativa começava com um contato com a gestão das redes públicas locais, para apresentar o projeto. A etapa seguinte, para quem aderisse, era a realização da oficina sobre jornalismo e Agenda 2030, destinada a professores(as) dos três anos finais do Ensino Fundamental (da qual

participaram especialmente docentes de Língua Portuguesa, mas não apenas). Depois, esses(as) participantes recebiam material e acompanhamento à distância (via grupo de WhatsApp) para desenvolver com seus(suas) estudantes reportagens sobre os ODS. Os textos eram então enviados via plataforma online à coordenação do projeto e passavam por um processo de seleção por especialistas. Todas as reportagens selecionadas (pelo menos uma de cada escola participante) compunham o jornal da cidade, que era diagramado pelos(as) estudantes das duas escolas que mais receberam votos na eleição online aberta. A diagramação acontecia em uma oficina virtual de design gráfico. Ao final, todas as escolas recebiam versões impressas e digitais do jornal da cidade (cujo nome era escolhido pelos/as educadores/as na oficina inicial) e, também, um livro com o relato do projeto e as reportagens feitas por todas as escolas dos 10 municípios participantes daquela edição.

Em 2021, a oficina sobre jornalismo e sustentabilidade foi online, em função da pandemia da Covid-19, e teve 3 horas de duração. Em 2022, ela passou para o formato presencial, contou com 4 horas e teve mais atividades práticas em grupo. Nos dois casos, os conteúdos trabalhados foram: o que são os ODS; exercício de elaboração de uma pauta ligada aos ODS; o que é notícia e reportagem; técnicas de apuração jornalística (incluindo entrevista) e de redação jornalística (incluindo lide e linguagem simples) (Assumpção e Bocchini, 2006; Fischer, 2018).

Abaixo, reproduzimos o cronograma simplificado das oficinas presenciais, realizadas em 2022, e que seguiram a estrutura geral das oficinas online de 2021 e que tiveram como norte a busca do encantamento, ou seja, permitir que os(as) educadores(as) vivenciassem um pouco de cada etapa do fazer de uma reportagem, de modo que estivessem estimulados(as) a mediar essa prática com suas turmas:

- 8h00 às 8h15 - Recepção e café compartilhado;
- 8h15 às 8h30 – Dinâmica de apresentação dos(as) participantes;

- 8h30 às 8h50 - O que são os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável;
- 8h50 às 9h30 - Exercício de elaboração de uma pauta ligada aos ODS;
- 9h30 às 9h45 - O que é notícia e reportagem;
- 9h45 às 10h00 - Técnicas de apuração jornalística;
- 10h00 às 10h10 – Intervalo;
- 10h10 às 10h30 - Exercício de entrevista coletiva;
- 10h30 \_as 11h - Técnicas de redação jornalística;
- 11h00 às 11h30 - Exercício de escrita do lead;
- 11h30 às 11h45 - Próximos passos do projeto: orientações gerais;
- 11h45 às 12h00 - Escolha do nome do jornal + preenchimento da avaliação.

## **2. Desafios de comunicação da Agenda 2030**

A Agenda 2030 é uma consequência da Agenda do Milênio. Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) vigoraram de 2000 a 2015: eram 8 compromissos e 21 metas com foco social, voltados principalmente a países ditos subdesenvolvidos ou em desenvolvimento. Eles foram definidos por um grupo de especialistas, a portas fechadas, e tiveram adesão de 164 governos nacionais.

A partir do sucesso dos ODM em estabelecer prioridades e direcionar financiamentos públicos e multilaterais, a sociedade passou a cobrar das Nações Unidas a elaboração de uma nova pactuação global, mais plural (à época, chamada de Agenda Pós-2015). Esse processo participativo de elaboração foi iniciado em 2012, durante a Conferência das Nações

Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento realizada no Rio de Janeiro (a Rio+20) (Silva, Peliano e Chaves, 2018).

Como resultado da negociação entre diferentes interesses e perspectivas, liderado por chefes de Estado e diplomatas, mas que envolveu também a sociedade civil e empresas, os ODS passaram a vigorar em 2015, com prazo até 2030. Eles abarcam 17 objetivos e 169 metas, um crescimento não apenas numérico, mas de abrangência e complexidade: o foco social se manteve, mas o espectro passou a incluir também questões ambientais e econômicas. São compromissos que representam desafios para todos os 193 países que aderiram à Agenda 2030, não apenas para as nações em maior vulnerabilidade socioeconômica (ONU, 2016).

A maior riqueza dos ODS em relação aos ODM faz com que a Agenda 2030 seja mais difícil de comunicar. Ironicamente, ao se tornar mais desafiadora, a comunicação é também mais necessária: os ODS só serão de fato alcançados se houver engajamento dos governos (nacionais e locais) e de todos os setores da população. Faz parte dos princípios da Agenda 2030: o reconhecimento de que cada país e cada localidade tem seus próprios desafios e pode alcançar os ODS com base em sua própria realidade; o lema de “não deixar ninguém para trás”, incluindo todos(as) nos esforços e nos benefícios do desenvolvimento sustentável; e a abordagem integrada, reforçando a conexão e interdependência entre os 17 objetivos e suas 169 metas (Moreira e Santos, 2022).

### **3. Direito à comunicação e linguagem simples**

O desafio de comunicação da Agenda 2030 está ligado também ao fato de os ODS serem permeados por termos técnicos, de difícil compreensão. Por isso, nas oficinas do projeto “A Arte do Jornalismo”, no tópico “Técnicas de redação jornalística”, abrimos espaço para trabalhar também o conceito e as práticas de linguagem simples, âmbito

fundamental para a garantia do direito à informação e, portanto, à comunicação (Prefeitura de São Paulo, 2020; 2021).

A linguagem simples é movimento internacional que cobra de governos e empresas uma comunicação compreensível que facilite o acesso a direitos e serviços. Em inglês, o termo utilizado é *plain language* e em espanhol é *lenguaje claro*. O histórico desse movimento remonta ao protesto realizado na Inglaterra em 1979 por Chrissie Maher, uma trabalhadora que só se alfabetizou na adolescência. Nele, milhares de formulários difíceis de entender foram picados em praça pública, em frente ao Parlamento Britânico. Na ocasião, um policial veio ler uma legislação municipal repleta de termos jurídicos arcaicos, com intuito de condenar a manifestação. A cena, especialmente a reação do poder público, registrada por repórteres de rádio, TV e jornal, serviu para reforçar a denúncia de que a confusa linguagem da burocracia traz sérias consequências negativas para o avanço da cidadania (Fischer, 2018).

A *Plain Language Association International* – PLAIN (na tradução livre, Associação Internacional pela Linguagem Simples) tem sede no Canadá e foi fundada em 1993. Em outubro de 2010, Barack Obama assinou uma lei (a *Plain Writing Act* ou Ato de Escrita Simples) determinando que todos os órgãos federais sejam obrigados a usar linguagem simples na redação de documentos públicos nos Estados Unidos. No Brasil, uma das primeiras iniciativas institucionais foi a Campanha Nacional pela Simplificação da Linguagem, lançada pela Associação de Magistrados Brasileiros (AMB) em 2005.

Já o Programa Municipal de Linguagem Simples de São Paulo foi instituído em 2019 por meio do Decreto 59.067/2019, reforçado depois pela Lei 17.316/2020. Ele é coordenado pelo (011).lab - Laboratório de Inovação em Governo, vinculado à Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia de São Paulo (SMIT), cuja equipe foi fundamental para as articulações que resultaram na criação da Rede Brasileira de Linguagem Simples, cada vez mais ativa (Prefeitura de São Paulo, 2021).

Uma comunicação em linguagem simples é visualmente convidativa e fácil de ler, porque foi escrita com esta intencionalidade. Costuma ter o tom de uma conversa amigável e respeitosa e reconhece o direito que toda pessoa tem de entender textos relevantes para o seu cotidiano (Fischer, 2018).

No Brasil, essa abordagem se torna ainda mais necessária quando se observam os altos índices de analfabetismo funcional de nossa população entre 15 a 64 anos de idade, medidos pelo Indicador de Alfabetismo Funcional (Inaf), apurado anualmente desde 2001 pela Ação Educativa e Instituto Paulo Montenegro (Prefeitura de São Paulo, 2020). Mas a linguagem simples é benéfica para todos(as), mesmo pessoas com alto grau de instrução. Não por acaso, ela é reivindicada e praticada em países como a Suécia, onde o analfabetismo funcional não chega a 1% da população (Fischer, 2018).

Os exercícios de linguagem simples trabalhados nas oficinas do projeto “A Arte do Jornalismo” se basearam no livro “Para Escrever Bem”, publicado em 2006 por Maria Otília Bocchini, então professora da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP), com quem a autora deste artigo teve o prazer de trabalhar nos cinco primeiros semestres de sua graduação. A obra foi escrita tendo como público alvo os governos, mas rapidamente teve sua aplicabilidade no Jornalismo reconhecida pela Editora Abril, que a adotou no prestigiado Curso Abril de Jornalismo (voltado a profissionais da área recém formados, os chamados “foca”). Esses exercícios giravam em torno de seis recomendações:

1. construir frases curtas, de no máximo 20 palavras (quantitativo estabelecido com base em experimentos; se o ponto final demora, a pessoa também demora a processar a informação e pode se perder, tendo que voltar ao começo da frase);
2. usar ordem direta (escrever como se fala: sujeito > verbo > predicado);

3. evitar intercalação (informação extra entre vírgulas);
4. anunciar quando há listas e numerá-las (para preparar e orientar a atenção do(a) leitor(as), como se fez aqui);
5. buscar palavras conhecidas (e explicar termos técnicos e siglas, quando forem inevitáveis);
6. ler alto o que se escreve (de preferência, ler para outra pessoa, já que a linguagem simples é próxima à linguagem oral) (Assumpção e Bocchini, 2006).

#### **4. Potencial educ comunicativo da prática da reportagem**

Quando a autora foi convidada a integrar o projeto “A Arte do Jornalismo - Caminhos da Sustentabilidade”, os materiais de apoio já estavam prontos. E neles havia a recomendação de que a construção da pauta da reportagem partisse de um conjunto de 8 ODS e alguns respectivos indicadores pré-definidos, a saber:

- ODS 3 Saúde e bem-estar:

- a) Mortalidade infantil e materna: como reduzir;
- b) Mortes no trânsito: como reduzir;
- c) Gravidez na adolescência: como reduzir.

- ODS 5 - Igualdade de gênero:

- a) Presença de mulheres na Câmara Municipal: como aumentar;
- b) Desigualdade de salário por sexo: como reduzir.

- ODS 6 - Água potável e saneamento:

- a) População atendida por serviço de água: como aumentar;
- b) Doenças relacionadas ao saneamento: como reduzir;

c) População atendida com esgotamento sanitário: como aumentar.

- ODS 7 - Energia limpa e acessível:

a) Domicílios com acesso à energia elétrica: como aumentar;

b) Uso de energia renovável: como aumentar.

- ODS 11 - Cidades e comunidades sustentáveis:

a) Domicílios em favelas: como reduzir;

b) Preservação do patrimônio cultural local: como melhorar;

c) Qualidade e acesso ao transporte público: como melhorar.

- ODS 12 - Consumo e produção responsáveis:

a) Quantidade de resíduos sólidos por domicílio: como reduzir;

b) População atendida com coleta seletiva: como aumentar.

- ODS 13 - Ação contra a mudança global do clima:

a) Emissões de CO<sub>2</sub> per capita: como reduzir;

b) Percentual do município desflorestado: como reduzir.

- ODS 16 - Paz, justiça e instituições eficazes:

a) Mortes por agressão: como reduzir;

b) Violência contra população LGBT: como reduzir (Prado, Grandisoli e Ferrari, 2021).

Ainda em 2021, porém, já a partir da segunda oficina, a autora passou a incluir outra possibilidade de construção da pauta pelos(as) estudantes nas sugestões deixadas aos(às) educadores(as): deixar que eles(as) definissem livremente o tema de interesse e, só então, os(as) professores(as) ajudarem a fazer a ponte com a Agenda 2030. Esse caminho mais aberto se revelou mais potente, não apenas porque exercitava melhor a autonomia e autoria dos(as) jovens, como também

porque demonstrava na prática o quanto os ODS já estavam presentes na realidade local (ainda que nem sempre explicitados ou reconhecidos).

O jornal “De Cabo a Rabo”<sup>2</sup>, produzido pelas escolas participantes do projeto em Cabo de Santo Agostinho (PE), por exemplo, traz o texto “A surpreendente criatividade de práticas de mobilidade”, no qual a equipe de estudantes autores(as) da Escola Municipal Professor Manoel Davi Vieira da Costa abordou o ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis) a partir da observação da estrada de Curcurana, local de alta vulnerabilidade socioeconômica. A seguir, destacamos trechos desta matéria que ilustram o olhar para uma agenda global a partir da perspectiva crítica, pautada na realidade local:

Por que escrever uma matéria sobre Curcurana? Para mim, Curcurana é motivo para tese de doutorado. Ali, as pessoas se reinventam, para dar conta das tarefas e rotinas do dia a dia. Não porque são extremamente criativas e desafiadoras, e sim porque lhes faltam a base e o suporte mínimo necessário do poder público e das políticas sociais. Na via de Curcurana transitam carros, ônibus, carretas, charretes, carroças, bicicletas (carregando até cinco pessoas ao mesmo tempo), mobiletes, motocicletas de todas as espécies e pessoas, muitas pessoas que transitam pelas ruas, já que faltam calçadas.

[...]

De qualquer modo, esperamos que a Agenda 2030 possibilite uma cultura de bem viver e menos transtorno aos moradores do entorno de Curcurana, caminho obrigatório para se chegar à Ponte dos Carvalhos, onde fica nossa Escola Manoel Davi e de

---

<sup>2</sup> Conforme já explicado, o nome do jornal de cada município foi definido pelos(as) professores(as) na oficina inaugural do projeto em cada cidade. Já na dinâmica de apresentação, cada participante era convidado(a) a sugerir um nome para o periódico. E, ao final da formação, no momento de avaliação do encontro, havia votação para eleger o título que seria adotado pela publicação.

onde vêm boa parte dos nossos profissionais. (Horizonte Educação e Comunicação, 2022, p. 28).

Já em Itapetininga, onde foi produzido o jornal “Itapê News”, o ODS 12 (Consumo e Produção Responsáveis) aparece em duas reportagens, a partir de perspectivas diferentes, puxadas pelo relato de projetos desenvolvidos nas próprias unidades educacionais. Na Escola Estadual Darcy Vieira, o foco foi o bazar solidário. Já na Escola Estadual Sebastião Pinto, o ODS 12 foi abordado por meio das práticas de aproveitamento integral dos alimentos adotadas pelas merendeiras (Ibidem).

Todas as reportagens dos 10 jornais produzidos pelas equipes que participaram da primeira edição do “A Arte do Jornalismo - Caminhos da Sustentabilidade” em 2021 foram reunidas em livro impresso distribuído às escolas participantes, e que está disponível gratuitamente em versão digital no site do projeto: [http://artedojornalismo.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Livro\\_Arte\\_do\\_Jornalismo\\_Dexco\\_2022.pdf](http://artedojornalismo.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Livro_Arte_do_Jornalismo_Dexco_2022.pdf). A publicação com os resultados da edição de 2022 já está em elaboração e deve ser publicada no ano que vem.

Ao se deixar mais aberto e flexível o caminho para a elaboração da pauta relacionada aos ODS, também se aproveita melhor a potência que o empírico tem de transformar a intenção original dos(as) jornalistas. A pauta é um roteiro orientador e não pode ser vista como camisa-de-força: serve para organizar o trabalho de apuração e redação jornalística, mas não deve engessá-lo. O(a) repórter deve estar sempre atento(a) às surpresas e novidades que a realidade apresenta (Lage, 2006; Noblat, 2007).

Além disso, um mesmo tema concreto pode gerar pautas diferentes, a depender do ODS ao qual se decide relacionar aquela realidade. Na oficina do “A Arte do Jornalismo - Caminhos da Sustentabilidade”, era apresentada a seguinte pauta hipotética:

- Nome da pauta: a segurança de crianças e adolescentes no uso da internet;
- Resumo: crianças e adolescentes têm acessado a internet cada vez mais cedo e, muitas vezes, eles ficam o dia inteiro em frente ao computador usando essa ferramenta para brincar, conversar, estudar e fazer amigos. Apesar de todo o avanço trazido pela rede mundial de computadores, ouve-se falar de muitos casos de violação dos direitos de meninos e meninas no meio cibernético;
- Abordagem: os cuidados que pais devem tomar para manter os filhos seguros na internet;
- Questionamentos: Qual é a idade adequada para se começar a usar a internet? Qual é a contribuição da internet para a formação da criança? Quais são os riscos? Como diminuir esses riscos? Em nosso município, a quem se deve recorrer em caso de problemas que envolvam a internet e a segurança de meninos e meninas?
- Fontes: Especialista em Internet. Ministério Público. Sites de organizações que trabalham com esse tema (Exemplo: Safernet).

Então, os(as) participantes eram convidados(as) a responder a qual ODS essa pauta poderia estar relacionada. Seguiu-se um diálogo no qual diversos ODS eram mencionados, levando a diferentes recortes da temática em pauta, como: ODS 3 - Saúde e Bem Estar (os males da super exposição às telas para a saúde das crianças); ODS 4 - Educação de Qualidade (como a internet pode ser aliada da aprendizagem); ODS 5 – Igualdade de Gênero (importância de as crianças saberem identificar e combater violência contra mulheres nas redes sociais); ODS 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes (importância de se ter maior controle sobre internet para garantir segurança das crianças e democracia de modo geral); ODS 17 - Parcerias e Meios de Implementação (importância da cooperação entre Executivo, Ministério Público, Judiciário e

organizações da sociedade civil para combater as violações de direitos cometidas na ou com apoio da internet).

Não por acaso, o jornalístico-midiático é um dos 4 campos de atuação da Língua Portuguesa previstos na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). A prática pedagógica da reportagem exercita diversas competências gerais preconizadas pela BNCC, como: entender e explicar a realidade; pensamento científico, crítico e criativo; e a própria comunicação (que envolve pesquisa, análise de textos diversos e criação de mídias para documentar o aprendizado) (Ferrari, OCHS e Machado, 2020). Conforme destacou Bruno Ferreira (2022, p. 17)

Jornalismo e educação podem se relacionar de modo íntimo. Essa inter-relação qualifica a educação quando incorpora processos de apuração, checagem e relato criativo sobre descobertas da realidade como métodos de ensino e fomento à participação. Também beneficia o jornalismo, ao ampliar e sofisticar as possibilidades de escuta e interlocução com a sociedade e fontes de informação, a partir de estratégias educativas, como a promoção de oficinas consultivas ou a realização de processos de edição mais participativos e dialógicos entre todos(as) os(as) envolvidos(as) na produção do conteúdo jornalístico.

Em Jundiá, por exemplo, estudantes da Escola Estadual Adib Miguel Haddad publicaram no jornal “Sustentái” a matéria “Estudantes sugerem melhorias no transporte público”. Na etapa de apuração, essa equipe levantou dados oficiais na Secretaria Escolar Digital e identificou que 136 colegas na escola utilizavam transporte público em seus deslocamentos diários. Então o grupo entrevistou parte desses(as) jovens, para levantar as principais dificuldades enfrentadas nos ônibus e, especialmente, colher sugestões de melhoria. (Horizonte Educação e Comunicação, 2022).

Na educomunicação, produção colaborativa e leitura crítica das mídias caminham juntas, se retroalimentando. Nessa perspectiva, a oficina

contribuiu para problematizar junto aos(às) educadores(as) a falsa ideia de que notícia é um acontecimento espetacular, sensacional, inédito (Lage, 2006). A partir da distinção entre o que interessa ao público e o que é de interesse público (Noblat, 2007), trabalhou-se o conceito de notícia como acontecimento significativo para a democracia e do jornalismo como espaço do relato confiável, baseado em fatos, que contribui para avançarmos na solução dos nossos problemas, sem confundir veracidade com a falácia da objetividade (Chaparro, 2007).

Para ilustrar o argumento de que o que interessa ao público (vende jornal e dá audiência) nem sempre é de interesse público (contribui para avançar em temáticas relevantes para a coletividade), a oficina utilizou o exemplo de um acidente de trânsito. É comum que, ao ocorrerem acidentes em rodovias ou ruas, os(as) motoristas que passam pelo local reduzam a velocidade e até parem para observar. Isso é fruto do interesse individual (geralmente motivado pela curiosidade), mas não contribui para o coletivo (não raro, causa novos acidentes).

A partir desse exemplo do acidente de trânsito e de como ele costuma ser coberto pela imprensa, a oficina apresentava a estrutura básica da notícia (as clássicas perguntas do lide: o que? quem? quando? onde? como? por quê?), problematizando como a prática comercial do jornalismo factual costuma deixar de fora a questão chave que torna o acontecimento significativo para o debate público: o porquê. Em geral uma matéria factual sobre um acidente de trânsito informa que o evento aconteceu em determinado local e a tal dia e horário, como ele se deu e quem esteve envolvido (e se há vítimas). Mas não aprofunda o debate sobre o motivo do acidente, que é o que poderia contribuir para identificar causas recorrentes e pressionar por medidas que ajudem a evitar que novos acidentes semelhantes aconteçam.

E foi a partir dessa questão fundamental (por quê?) que os(as) educadores(as) participantes do projeto ajudaram os(as) estudantes a vincular a pauta escolhida ao debate público trazido pelo(s) ODS

relacionado a ela. Ou seja, os textos não paravam na denúncia de um problema, mas avançavam para a cobrança e busca colaborativa por soluções.

É importante ressaltar que o tempo do projeto não foi suficiente para que educadores(as) e estudantes conseguissem se apropriar plenamente dos conceitos e técnicas jornalísticas, ainda mais em um contexto de crise educacional agravada pela pandemia da Covid-19. Para tentar minimizar essa lacuna, na edição de 2022 foi inserida uma etapa de tutoria das reportagens selecionadas para publicação no jornal de cada cidade. E nela foi possível dialogar com as equipes de estudantes, mediadas pelos(as) educadores(as), mostrando como a versão inicial de vários textos apresentados tinha caráter mais de redação do que de matéria jornalística. E, principalmente, fazendo perguntas norteadoras e recomendações para que eles(as) pudessem então avançar na produção de uma notícia, identificando o fato relevante a ser reportado, a que ODS (agenda pública) ele se relacionaria e inserindo dados e depoimentos de entrevista, observação direta e fontes confiáveis, relatados dentro das técnicas de redação jornalística (na qual, por exemplo, os títulos costumam ser uma oração, com verbo de ação no tempo presente).

O fato de haver menos de dois meses entre a oficina inaugural em cada cidade e o prazo para envio da primeira versão das reportagens foi uma reclamação recorrente na avaliação que os(as) docentes realizaram do projeto. Na proposta do “A Arte do Jornalismo - Caminhos da Sustentabilidade” esse período era de pelo menos seis meses, mas teve que ser encurtado porque o governo federal atrasou muito a liberação dos recursos captados via Lei de Incentivo à Cultura.

Outra dificuldade destacada por diversos educadores(as) que avaliaram o projeto foi a falta de equipamentos (como computadores com acesso à internet) disponíveis na escola para que os(as) estudantes pudessem trabalhar nas reportagens. Alguns professores(as) relataram que digitaram em casa e enviaram fora do horário de trabalho, em

equipamento próprio e com internet particular, os textos produzidos pelas turmas.

Apesar desses significativos obstáculos, via de regra, os(as) educadores foram unânimes em apontar como os(as) estudantes que se engajaram na elaboração de uma reportagem sobre os ODS demonstraram muito interesse durante todo o percurso de elaboração da matéria, e ficaram motivados(as) especialmente por produzir um conteúdo que se tornaria público e circularia na escola e na comunidade. Nesse sentido, o projeto aliou-se à aposta de que a pedagogia da comunicação na educomunicação - ou alfabetização informacional e midiática, como prefere a UNESCO - propicia que os(as) educandos(as) adotem uma postura crítica em relação aos próprios processos de aprendizagem e de tomada de decisão de modo geral, contribuindo para formar cidadãos(ãs) predispostos(as) a assumir um papel mais ativo na sociedade, tornando-a mais democrática. (Grizzle, 2016).

## **Considerações finais**

Neste trabalho, partimos da experiência do projeto “A Arte do Jornalismo - Caminhos para Sustentabilidade” para discutir como a prática da reportagem na sala de aula pode constituir uma estratégia potente para aterrissar o debate global sobre os ODS, a partir de uma abordagem crítica (tanto do jornalismo quanto da sustentabilidade) e complexa (permitindo fazer recortes e pontes com a realidade local, sem perder a visão sistêmica e integradora que caracteriza a Agenda 2030).

Este artigo é fruto do resumo expandido que foi apresentado e debatido em novembro de 2022 no IX Encontro Brasileiro de Educomunicação, no Grupo de Trabalho “Pedagogia da Comunicação”, dentro do eixo “5.2 - Práticas de Educomunicação Socioambiental na defesa dos Direitos da Terra”. Na ocasião, ficou explícito o interesse por novas edições do projeto, expresso por uma congressista que acompanhou de maneira remota a apresentação. Aproveitamos, então,

essas considerações finais para informar que, embora ainda não haja previsão de novas oficinas do “Arte do Jornalismo - Caminhos da Sustentabilidade”, todos os materiais didáticos do projeto (Caderno do Professor e Caderno do Estudante) e a sistematização de seus resultados (jornais produzidos e um vídeo com depoimentos de estudantes e docentes em cada cidade) estão disponíveis nos sites criados para as edições de 2021 (<http://www.artedojornalismo.com.br/>) e de 2022 (<https://caminhosdasust.com.br/>). E, assim como este artigo, podem servir de subsídio para quem quiser adaptar e replicar a iniciativa em sua localidade, contribuindo para o seu aprimoramento, que deve ser aberto, constante e colaborativo, à luz dos princípios da educomunicação.

## Referências

- ASSUMPÇÃO, Maria Elena; BOCCHINI, Maria Otília. *Para escrever bem*. São Paulo: Manole, 2006.
- CHAPARRO, Manuel Carlos. *Pragmática do jornalismo: buscas práticas para uma teoria da ação jornalística*. São Paulo: Summus, 2007.
- FERREIRA, Bruno. *Jornalismo e educação: competências necessárias à prática educacional*. Curitiba: Editora Appris, 2022.
- FERRARI, Ana Claudia; OCHS, Mariana; MACHADO, Daniela. *Guia da Educação Midiática*. São Paulo: Instituto Palavra Aberta, 2020.
- FISCHER, Heloisa. *Clareza em textos de e-gov, uma questão de cidadania*. Rio de Janeiro: Editora Com Clareza, 2018.
- GRIZZLE, Alton et al. *Alfabetização midiática e informacional: diretrizes para a formulação de políticas e estratégias*. Brasília: UNESCO, Cetic.br, 2016.

HORIZONTE EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO. *Arte do Jornalismo: jornais elaborados por alunos de escolas públicas*. São Paulo: Editora Horizonte, 2022.

LAGE, Nilson. *A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística*. Rio de Janeiro: Record, 2006.

MOREIRA, Tereza; SANTOS, Rita Silvana Santana dos (Editoras). *Educação para o desenvolvimento sustentável na escola. 10 volumes*. Unesco: Brasília, 2020.

NOBLAT, Ricardo. *A arte de fazer um jornal diário*. São Paulo: Contexto, 2007.

ONU. *Roteiro para a Localização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: Implementação e Acompanhamento no nível subnacional*. Brasília: Organização das Nações Unidas, 2016.

PRADO, Ricardo; GRANDISOLI, Edson; FERRARI, Pollyana. *Guia A Arte do Jornalismo*. São Paulo: Horizonte Comunicação e Educação, 2021.

PREFEITURA DE SÃO PAULO. *Apostila do curso "Linguagem Simples no Setor Público"*. São Paulo: (011).lab - Laboratório de Inovação em Governo, 2020.

PREFEITURA DE SÃO PAULO. *Como formular e implementar iniciativas públicas a partir da experimentação? O caso do Programa Municipal de Linguagem Simples. Caso 17 do Programa Copi Cola*. São Paulo: (011).lab - Laboratório de Inovação em Governo, 2021.

SILVA, Enid Rocha Andrade da; PELIANO, Anna Maria; CHAVES, José Valente (Orgs.) *AGENDA 2030 - ODS: Metas Nacionais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*. Brasília: IPEA, 2018.